



Câmara do DF suspende CPI que investiga esquema de corrupção

O afastamento de oito deputados e dois suplentes suspeitos de participarem de esquema de corrupção no Distrito Federal, determinado na quarta-feira (20/1), suspendeu a CPI que apura o chamado mensalão do DF e pedido de *impeachment* do governador José Roberto Arruda. A decisão da Câmara Legislativa do Distrito foi baseada na interpretação de deputados governistas a respeito da liminar do juiz Vinícius Silva, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. As informações são da Agência Brasil.

Vinícius Silva considerou nulo “todo ato deliberativo já praticado pela casa, no qual houve a interferência direta e cômputo do voto dos deputados ora afastados”. De acordo com o presidente da CPI, Alírio Neto, os distritais afastados assinaram os atos para indicação dos membros da CPI e também de autoconvocação da casa.

A conclusão da CPI foi tomada pela maioria dos membros da comissão — quatro de um total de cinco. “Não serei eu que não cumprirei a decisão judicial. O Judiciário não quer que essa casa se manifeste sobre tudo isso que está acontecendo. É uma ingerência descabida do Judiciário no Legislativo, que fere o Estado Democrático de Direito”, afirmou o vice-presidente da CPI, Batista das Cooperativas.

O deputado Paulo Tadeu foi o único contra a decisão. Ele entendeu que a declaração do juiz anulava somente os atos relacionados aos processos de *impeachment*, deixando de fora a comissão. “Nem o juiz nem o Ministério Público determinaram o cancelamento da CPI. Não tenho dúvidas”, afirmou. O fim da CPI cancela o depoimento do ex-secretário de Relações Institucionais, Durval Barbosa, responsável pela denúncia à Polícia Federal do suposto esquema de corrupção.